

**PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO PARA A:**

**“TRABALHOS DE ACOMPANHAMENTO E**

**FISCALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE**

**ESPAÇOS VERDES”**

**CADERNO DE ENCARGOS**

NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ART.º 20 DO DECRETO-LEI 18/2008 DE 29 DE JANEIRO ALTERADO E  
REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI N.º 111-B/2017 DE 31 DE AGOSTO

## CADERNO DE ENCARGOS

CADERNO DE ENCARGOS .....	4
CAPÍTULO I.....	4
DISPOSIÇÕES INICIAIS .....	4
CLÁUSULA 1. <sup>a</sup> .....	4
OBJETO .....	4
CLÁUSULA 2. <sup>a</sup> .....	4
CONTRATO .....	4
CLÁUSULA 3. <sup>a</sup> .....	5
PRAZOS DE EXECUÇÃO .....	5
CLÁUSULA 4. <sup>a</sup> .....	5
SIGILO E CONFIDENCIALIDADE .....	5
CAPÍTULO II.....	6
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICANTE E DO ADJUDICATÁRIO .....	6
CLÁUSULA 5. <sup>a</sup> .....	6
PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	6
CLÁUSULA 6. <sup>a</sup> .....	7
CLÁUSULA 7. <sup>a</sup> .....	8
CLÁUSULA 8. <sup>a</sup> .....	9
CLÁUSULA 9. <sup>a</sup> .....	10
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO .....	10
CLÁUSULA 10. <sup>a</sup> .....	12
PESSOAL DO PRESTADOR DE SERVIÇOS .....	12
CLÁUSULA 11. <sup>a</sup> .....	13
FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS .....	13
CLÁUSULA 12. <sup>a</sup> .....	14
OBJETO DO DEVER DE SIGILO .....	14
CLÁUSULA 13. <sup>a</sup> .....	14
MORA NO PAGAMENTO .....	14
CAPÍTULO III.....	15
REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO .....	15
CLÁUSULA 14. <sup>a</sup> .....	15
GESTOR DE CONTRATO .....	15
CAPÍTULO IV .....	15
DISPOSIÇÕES FINAIS .....	15
CLÁUSULA 15. <sup>a</sup> .....	15
FORO COMPETENTE .....	15
CLÁUSULA 16. <sup>a</sup> .....	15
CLÁUSULA 17. <sup>a</sup> .....	15
COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES .....	15
CLÁUSULA 18. <sup>a</sup> .....	16
CONTAGEM DOS PRAZOS .....	16
CLÁUSULA 19. <sup>a</sup> .....	16
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....	16
CLÁUSULA 20. <sup>a</sup> .....	16
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS .....	16

1º PRINCÍPIOS GERAIS	16
2º OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO PRESTADOR EM MATÉRIA DE PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS	17
3º OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO	21
4º OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E RESPONSABILIDADES	21
5º INCUMPRIMENTO	22
6º CLÁUSULA INFORMATIVA	22
CLÁUSULA 21.ª	23
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	23

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES INICIAIS**

##### **CLÁUSULA 1.<sup>a</sup>**

###### **OBJETO**

1.1 O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato de “Trabalhos de Acompanhamento e Fiscalização da Manutenção e Reparação de Espaços Verdes”.

1.2 Os serviços de fiscalização incidem sobre os espaços verdes abrangidos pelo contrato de “Manutenção e Conservação de Espaços Verdes no Município de Portimão”, Lotes 1 a 5, cujos trabalhos de manutenção estão contratualizados com prestadores de serviços externos.

##### **CLÁUSULA 2.<sup>a</sup>**

###### **CONTRATO**

1 - A execução do Contrato obedece:

Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;

Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos, doravante “CCP”), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto;

2 - Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:

- a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
- b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente

aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP;

- c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- d) O caderno de encargos;
- e) A proposta adjudicada;
- f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo proponente;
- g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

### **CLÁUSULA 3.ª**

#### **PRAZOS DE EXECUÇÃO**

1. O Contrato mantém-se em vigor pelo prazo máximo de **3 (três) meses**, iniciando-se, com a data da consignação da prestação de serviços, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.
2. A Consignação, da qual se lavrará auto, terá lugar no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data da outorga do contrato.
3. A partir da data da consignação, o prestador de serviços deverá promover todas as ações de fiscalização e iniciativas necessárias ao pleno desenvolvimento dos trabalhos de manutenção e conservação dos espaços.

### **CLÁUSULA 4ª**

#### **SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

1. As partes outorgantes obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos previstos no objeto da contratação e a tratar, como confidenciais, todos os documentos a que tenham acesso no âmbito do seu desenvolvimento, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que se encontrem envolvidos na prestação de serviços ou no procedimento ao qual o mesmo deu origem.
2. Excluem-se do âmbito do número anterior toda a informação gerada por força da execução da presente contratação, bem como, todos os assuntos ou conteúdo de

documentos que por força de disposição legal tenham de ser publicitados e ou sejam do conhecimento público.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES DO ADJUDICANTE E DO ADJUDICATÁRIO**

#### **CLÁUSULA 5.<sup>a</sup>**

##### **PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1. Pela aquisição e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve a entidade adjudicante pagar ao adjudicatário a quantia total que constar da proposta, a qual não pode exceder o montante de **18.000,00€ (dezoito mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no caso de o adjudicatário ser sujeito passivo desse imposto.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente com o emprego, alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, com a aquisição, utilização, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, produtos de consumo, ou quaisquer outros necessários à realização de todos os trabalhos de manutenção e conservação dos espaços, em perfeitas condições, bem como com a eventual deposição de resíduos verdes no Aterro Sanitário do Barlavento ou no Ecocentro da Coca Maravilhas, em Portimão.
3. São ainda da responsabilidade do prestador de serviços quaisquer encargos decorrentes da utilização na prestação de serviços de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. O pagamento será efetuado até 30 dias, mediante a apresentação das faturas que, serão emitidas e entregues mensalmente, relativamente ao trabalho executado no mês anterior, sendo que cada pagamento corresponde a 1/3 do valor do contrato.
5. O fornecedor obriga-se a inscrever o número do compromisso e a respetiva data na fatura ou documento equivalente.

6. O pagamento do encargo total máximo da prestação de serviços, será efetuado mensalmente, em relação aos trabalhos realizados no mês anterior, correspondendo cada mensalidade a 1/3 desse valor.
7. As quantias devidas serão pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pela entidade adjudicante das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
8. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
9. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária, se outro meio não vier a ser acordado entre as partes.
10. O prestador de serviços obriga-se a inscrever o número de compromisso e a respetiva data na fatura ou documento equivalente.

#### **CLÁUSULA 6.ª**

##### **PENALIDADES CONTRATUAIS**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros) a 1.000,00 € (mil euros), a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 1.000,00 € (mil euros).
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5. São consideradas situações de incumprimento:

- a) Todas aquelas que impliquem o não cumprimento das obrigações contratuais, nomeadamente, em matéria de execução de todos os serviços, objeto do contrato, de acordo com as condições, especificações e requisitos técnicos estabelecidos no presente documento, de forma a assegurar os objetivos da prestação de serviços;
- b) A desobediência reiterada às instruções emanadas pela entidade adjudicante relativamente;
- c) A falta de meios, humanos ou materiais, necessários à execução de todos os serviços, objeto do contrato, de acordo com as necessidades dos trabalhos;
- d) A falta de regularização de falhas ou deficiências registadas no decorrer ou no término da prestação de serviços, nos prazos e com os resultados estabelecidos;
- e) A falha no acompanhamento técnico da prestação de serviços e no fornecimento de elementos solicitados, necessários a uma correta avaliação e acompanhamento dos serviços efetuados;

**CLÁUSULA 7.<sup>a</sup>**

**FORÇA MAIOR**

- 1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.



3. Não constituem força maior, designadamente:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **CLÁUSULA 8.<sup>a</sup>**

#### **RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

## **CLÁUSULA 9.<sup>a</sup>**

### **OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

Constituem obrigações da entidade prestadora dos serviços:

- a) Fornecer os serviços à entidade adjudicante, conforme as especificações técnicas mínimas, prazos de entrega e requisitos definidos neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- b) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do serviço objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
- c) Não alterar as condições do serviço fora dos casos previstos neste caderno de encargos;
- d) Não ceder a sua posição contratual nos contratos celebrados;
- e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o serviço, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- f) Manter sigilo e garantir a confidencialidade.;
- g) Obrigação de desenvolver ações de acompanhamento e fiscalização dos trabalhos de “Manutenção e Conservação de Espaços Verdes no Município de Portimão”, Lotes 1 a 5, com o objetivo de garantir a realização atempada e em perfeitas condições, dos trabalhos de manutenção abrangidos;
- h) Obrigação de zelar e fiscalizar pelo cumprimento dos prazos estabelecidos para a entrega dos diversos documentos de planeamento e da ficha de serviço semanal;
- i) Obrigação de Fiscalizar o cumprimento dos prazos, trabalhos e tarefas; estabelecidos no âmbito dos diversos documentos de planeamento a apresentar pelos prestadores de serviços, designadamente os seguintes;

- i. Planificação semanal dos trabalhos, a elaborar sobre o modelo entregue pelo Município;
- ii. Ficha de serviço semanal, a elaborar sobre o modelo entregue pelo Município. Esta ficha pretende registar os trabalhos efetivamente levados a cabo, e os desfasamentos face à planificação semanal;
- iii. Planificação das podas e limpeza de folhas de palmeiras, a apresentar semestralmente;
- iv. Planificação das medidas de controlo fitossanitário e de prevenção contra pragas e doenças a adotar em árvores situadas na área de intervenção, a apresentar semestralmente;
- j) Obrigação de elaborar, no prazo de oito dias (corridos) a ficha de validação dos trabalhos executados na semana anterior;
- k) Obrigação de informar semanalmente os incumprimentos acumulados resultantes de pedidos de intervenção não planeados, solicitados pela fiscalização, por exemplo na sequência de reclamações ou ação de fiscalização, às quais o prestador de serviços não deu resposta no prazo estabelecido;
- l) Obrigação de efetuar a análise crítica dos trabalhos propostos pelo prestador de serviços no âmbito dos diversos documentos de planeamento, tendo em vista corrigir e direcionar os trabalhos em função das necessidades dos espaços, designadamente para correção de insuficiências identificadas no âmbito das ações de fiscalização. Pretende-se orientar o prestar de serviços dos trabalhos de manutenção no sentido da obtenção de um escalonamento de trabalhos que assegure uma adequada rotatividade dos trabalhos pelos diversos espaços, adequando a periodicidade de intervenção às características e especificidade de cada espaço (elenco vegetal, tipologia de rega, presença de inertes, etc.) e às condições edafoclimáticas, ou de outras circunstâncias, que possam ser impactadas pelos trabalhos de manutenção ou ter impacto no seu desenvolvimento;
- m) Obrigação de realizar ações de fiscalização de rotina para aferir e validar a boa execução dos trabalhos previstos no âmbito dos documentos de planeamento a apresentar pelos prestadores de serviços, assinalando os respetivos desvios e incumprimentos, nomeadamente no que se refere ao planeamento semanal, através do preenchimento da ficha de validação dos trabalhos, a apresentar no prazo de 10 dias úteis após a entrega da ficha de serviço semanal;

- n) Obrigação de efetuar duas vistorias aos espaços abrangidos pela presente prestação de serviços, das quais se lavrará auto, para avaliação do decorrer dos trabalhos de manutenção. As vistorias a que respeitam o presente ponto serão convocadas com 48 horas de antecedência, sendo que a primeira vistoria será efetuada no período máximo de duas semanas após o início do contrato, e a segunda duas semanas antes do término do contrato. Do auto de vistoria, constará, caso se verifiquem situações de desconformidade com as condições, especificações e requisitos técnicos estabelecidos, as falhas ou deficiências detetadas, bem como o prazo fixado para a sua regularização;
- o) Obrigação de prestar todos os esclarecimentos, bem como fornecer todos os elementos que lhe sejam solicitados pela entidade adjudicante, necessários a uma correta avaliação do trabalho efetuado incluindo, se for o caso, relatório de desenvolvimento dos trabalhos, com a explicitação das principais atividades e operações de rotina ou especiais, realizadas ou programadas;
- p) A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer aos meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao desenvolvimento da prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à cabal execução das tarefas a seu cargo.

## **CLÁUSULA 10.ª**

### **PESSOAL DO PRESTADOR DE SERVICOS**

1. São da exclusiva responsabilidade do prestador de serviços as obrigações relativas ao pessoal empregado na prestação de serviços, à sua aptidão profissional e à sua disciplina, bem como o cumprimento pelas disposições legais e regulamentares, em vigor, sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado e os encargos que de tal resultem.
2. A responsabilidade pela correta prestação de todos os serviços incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do prestador de serviços e só dele, não reconhecendo a entidade adjudicante, senão para os efeitos indicados na lei ou neste caderno de encargos, a existência de quaisquer subadjudicatários que trabalhem por conta ou em combinação como o adjudicatário.

3. A quantidade e a qualificação profissional da mão-de-obra utilizada na prestação de serviços deverão corresponder às necessidades dos trabalhos de fiscalização a desenvolver, devendo assegurar meios humanos, logísticos e técnicos suficientes para o pleno cumprimento do contrato.
4. O adjudicatário fica obrigado a confiar a **Direção Técnica da prestação de serviços** a um técnico com formação superior adequada e experiência profissional, mínima, de 2 (dois) anos, na área da agronomia, arquitetura paisagista ou silvicultura, o qual deverá exercer as funções de **representante do adjudicatário**, junto da entidade adjudicante.
5. A entidade adjudicante reserva-se no direito de impor a substituição de qualquer trabalhador afeto à prestação de serviços, nomeadamente, quando entender que não existem garantias de boa execução técnica dos serviços que lhe foram cometidos, ou ainda, no caso de terem comportamento que comprometa a capacidade e objetivos dos trabalhos de fiscalização.
6. Sempre que assim o entender, a entidade adjudicante poderá exigir a entrega da comprovação do pagamento das contribuições à Segurança Social no regime geral relativamente a todos os trabalhadores contratados, designadamente, a apresentação das folhas de remunerações entregues na Segurança Social de onde constem todos os trabalhadores envolvidos.
7. Todos os trabalhadores em função deverão obrigatoriamente possuir cartão de identificação, com referência em como se encontram ao serviço do Município de Portimão.

### **CLÁUSULA 11.ª**

#### **FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

A entidade adjudicante reserva-se o direito de fiscalizar a atividade do prestador de serviços relativa à prestação de serviços, objeto do contrato, nos termos que achar mais convenientes.

## **CLÁUSULA 12.<sup>a</sup>**

### **OBJETO DO DEVER DE SIGILO**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

## **CLÁUSULA 13.<sup>a</sup>**

### **MORA NO PAGAMENTO**

Em caso de atraso do Município de Portimão no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o Adjudicatário direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

### **CAPÍTULO III**

## **REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

#### **CLÁUSULA 14.<sup>a</sup>**

##### **GESTOR DE CONTRATO**

O gestor de contrato que acompanhará permanentemente a execução do contrato, será nomeado pela entidade adjudicante aquando da aprovação da abertura do procedimento e das respetivas peças contratuais.

### **CAPÍTULO IV**

## **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **CLÁUSULA 15.<sup>a</sup>**

##### **FORO COMPETENTE**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **CLÁUSULA 16.<sup>a</sup>**

##### **SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **CLÁUSULA 17.<sup>a</sup>**

##### **COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos

do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **CLÁUSULA 18.ª**

#### **CONTAGEM DOS PRAZOS**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **CLÁUSULA 19.ª**

#### **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Em todos os aspetos não regulados no presente contrato, serão aplicáveis as normas do Código dos Contratos Públicos, com as ulteriores alterações.

### **CLÁUSULA 20.ª**

#### **PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

#### **1.º PRINCÍPIOS GERAIS**

1. A execução do objeto do contrato a celebrar implica o acesso e tratamento de dados pessoais, pelo que está sujeito ao regime jurídico definido no Regulamento (EU) 2016/679 e Lei 58/2019 de 8 de agosto.
2. Sem prejuízo das obrigações específicas definidas no presente Apêndice, o prestador obriga-se a cumprir as disposições daquele Regulamento em tudo quanto for aplicável à execução do contrato a celebrar.
3. O prestador obriga-se ainda a tomar conhecimento, cumprir e apoiar o Município de Portimão no cumprimento, a Política de Privacidade do Município de Portimão disponível para consulta no site oficial do Município de Portimão.
4. Segundo o artigo 28.º, n.º 1 do RGPD, "o responsável pelo tratamento recorre apenas a subcontratantes que apresentem garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento



satisfaça os requisitos do presente regulamento e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados”.

5. Conforme dispõe o artigo 28.º, n.º 3 do Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados ou “RGPD”), o contrato entre o responsável pelo tratamento e subcontratante relativo ao tratamento de dados pessoais pelo segundo por conta do primeiro “é regulado por contrato ou outro ato normativo”, sendo que o n.º 9 do mesmo artigo define que o contrato ou outro ato normativo deve ser feito por escrito, incluindo em formato eletrónico.
6. Finalmente, o n.º 3 do mesmo preceito estabelece um conjunto de estipulações a constar obrigatoriamente do contrato que titula aquela relação de subcontratação, sendo que o subcontratante “trata os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas do responsável pelo tratamento”.
7. Impõe-se, por isso, regular os termos em que o Prestador efetua o processamento de Dados por conta da Cliente no quadro da execução dos serviços objeto deste contrato.

## **2º OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO PRESTADOR EM MATÉRIA DE PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS**

1. Constituem obrigações específicas do Prestador no âmbito da proteção dos dados pessoais a que tenha acesso e que sejam objeto de tratamento no âmbito da execução do presente contrato:
  - a. Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
  - b. Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pelo Responsável pelo Tratamento dos dados pessoais do Município de Portimão, no âmbito do tratamento dos dados pessoais;
  - c. Se necessário, efetuar uma avaliação de impacto que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados;

- d. Assegurar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que aborde, entre outros aspetos que considere relevantes;
- e. O Prestador apoia em caso de necessidade, o Município de Portimão Responsável pelo Tratamento de Dados, na realização de avaliações de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados, no âmbito do objeto abrangido pelo contrato, nos termos do RGPD;
- f. As avaliações de impacto referidas nas alíneas anteriores atendem ao Regulamento n.º 1/2018, da CNPD relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD) publicitado através do Regulamento n.º 798/2018, de 30 de novembro;
- g. Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que aborde, entre outros aspetos que considere relevante:
  - i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
  - ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
  - iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
  - iv. O nome e contato do Encarregado da Proteção de Dados, quando for obrigatória a sua designação nos termos do artigo 35.º do RGPD.
- h. Disponibilizar ao Município de Portimão todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de Proteção de Dados;
- i. Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa do Município de Portimão, ou decorrente de obrigação legal;
- j. Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
- k. Garantir que os seus empregados ou quaisquer outras pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito,

a respeitar a confidencialidade aceitam vincular-se a obrigações idênticas às que se aplicam ao Prestador nos termos deste Acordo, adotando também as medidas de segurança correspondentes;

- l. O Prestador deve disponibilizar ao Município de Portimão, sempre que necessário, a lista dos colaboradores com autorização de acesso aos sistemas e à informação pessoal dos titulares dos dados que se encontrem sob a responsabilidade do Município de Portimão, devendo manter uma cópia das declarações de compromisso de confidencialidade ou de sigilo dos mesmos;
- m. Apoiar o Município de Portimão na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade;
- n. Permitir o acesso do Município de Portimão aos suportes de tratamento de dados pessoais, no que respeita ao registo dos tratamentos efetuados, para efeitos de auditoria e verificação do cumprimento das obrigações legais e contratuais inerentes;
- o. Prestar todos os esclarecimentos que lhe sejam exigidos pelo Município de Portimão, através do seu Encarregado da Proteção de Dados, no âmbito da aplicação do presente Apêndice;
- p. Manter atualizados os contactos do seu Encarregado da Proteção de Dados e, em caso da sua substituição, dar conhecimento imediato da mesma ao Município de Portimão;
- q. Como disposto no n.º 2 do artigo 28.º do RGPD, não contratar outro subcontratante sem que o Município de Portimão tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral e, em caso de autorização geral por escrito, o Prestador informará o Município de Portimão de quaisquer alterações pretendidas quanto ao aumento do número ou à substituição de outros subcontratantes, dando assim ao Município de Portimão a oportunidade de se opor a tais alterações;
- r. Em caso de contratação de um subcontratante de acordo com a alínea anterior, a impor a esse outro subcontratante, por contrato ou outro ato normativo válido, as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no presente Caderno de Encargos, bem assim, a assegurar que esse outro subcontratante apresenta garantias suficientes de

- execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento seja conforme com os requisitos do RGPD;
- s. Informar prontamente o Município de Portimão sempre que seja intimado por qualquer autoridade competente, incluindo tribunais, órgãos de polícia criminal ou a CNPD, a fornecer acesso a Dados, bem como a colaborar com o Município de Portimão e atuar em resposta a tais intimações de acordo com as instruções legítimas recebidas do Município de Portimão;
2. No caso a que alude a alínea q) do número anterior, se o outro subcontratante não cumprir as suas obrigações em matéria de proteção de dados, o Prestador continua a ser plenamente responsável perante o Município de Portimão pelo cumprimento das obrigações desse outro subcontratante.
  3. O Prestador declara oferecer garantias suficientes e adequadas de que se encontra apto ao desempenho das obrigações que para si decorrem do presente Caderno de Encargos e que implementará os processos apropriados e todas as medidas técnicas associadas que assegurem que as instruções do Município de Portimão possam ser convenientemente executadas.
  4. O Prestador obriga-se a notificar o Município de Portimão de forma imediata, e em qualquer circunstância no prazo máximo de 24 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente contrato a fim de permitir ao Município de Portimão, enquanto responsável pelo tratamento de dados, decidir sobre o cumprimento do disposto nos artigos 33.º e 35.º do RGPD.
  5. Para o efeito o Prestador deve anexar toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.
  6. Finda a vigência do contrato, o Prestador tem a obrigação consoante a escolha do Município de Portimão de eliminar/apagar ou devolver, os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para o Município de Portimão.

### **3º OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO**

1. O Município de Portimão obriga-se a cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as orientações da Comissão Nacional de Proteção de Dados ("CNPD"), nas instruções fornecidas ao Prestador quanto aos tratamentos de Dados efetuados por sua conta ao abrigo deste Caderno de Encargos.
2. O Município de Portimão, na sua qualidade de Responsável pelo Tratamento cumprirá com as seguintes obrigações:
  - a. Facultar o acesso ao prestador aos dados pessoais que sejam necessários para a prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar;
  - b. Supervisionar o tratamento, incluindo através da realização de inspeções e auditorias. No caso do Município de Portimão realizar uma auditoria, esta avisará o Prestador previamente e com um prazo razoável. Se for caso disso, o Município de Portimão obriga-se ainda a realizar a auditoria de forma a criar o mínimo de obstáculos possível à atividade do Prestador. O direito de auditoria não inclui o direito do Município de Portimão aceder a informação própria do Prestador ou de Terceiros.

### **4º OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E RESPONSABILIDADES**

1. As obrigações referidas nos pontos **2º** e **3º** desta cláusula, constituem o acordo de subcontratação entre as Partes, em matéria de proteção de dados pessoais, cuja duração e condições de retribuição não diferem daquelas previstas para o contrato a celebrar.
2. O prestador será responsável pelos danos que possa causar ao Município de Portimão, em virtude do incumprimento dos termos do presente Apêndice ou de qualquer reclamação que possa ser apresentada e esteja relacionada com as normas aplicáveis à proteção de dados pessoais aplicáveis em cada momento.
3. O Prestador, na qualidade de subcontratante, assume a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer multas, sanções, indemnizações, danos e/ou prejuízos em que possa vir a ser condenado por factos que lhe sejam imputáveis no âmbito da utilização indevida dos Dados recolhidos e/ou tratados ao abrigo deste Caderno de Encargos ou do Contrato.

4. É considerada utilização indevida dos Dados toda aquela que não for executada nos precisos termos das instruções dadas pelo Município de Portimão.

### **5º INCUMPRIMENTO**

O Prestador indemnizará o Município de Portimão por todos os custos por esta incorridos em virtude de quaisquer procedimentos, queixas ou medidas contra o Município de Portimão, resultantes de qualquer incumprimento das garantias e obrigações constantes do presente Caderno de Encargos por parte do Prestador.

### **6º CLÁUSULA INFORMATIVA**

Os dados pessoais das pessoas singulares que intervenham na assinatura e na gestão e execução do contrato a celebrar em nome e representação e/ou por conta de cada uma das partes, serão tratados sob a responsabilidade da parte recetora, para a celebração, desenvolvimento, manutenção e controlo do contrato e cumprimento das suas respetivas obrigações legais. O titular dos dados pessoais poderá exercer os direitos de acesso, retificação, oposição apagamento, portabilidade, limitação do tratamento, bem como quaisquer outros direitos que sejam reconhecidos na lei, relativamente ao tratamento de que cada parte é respetivamente responsável, dirigindo-se por escrito, à atenção do respetivo responsável ou encarregado da proteção de dados. O tratamento dos dados é necessário para as finalidades indicadas anteriormente e os seus fundamentos de legitimidade são: (i) a celebração, execução, cumprimento e controlo da relação contratual entre as partes e; (ii) o cumprimento de obrigações legais a que o Município de Portimão está sujeito

**CLÁUSULA 21.ª****ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Pretende a Autarquia adquirir os seguintes serviços:

A presente contratação tem como objetivo a prestação de serviços de fiscalização e acompanhamento dos trabalhos de conservação e manutenção dos espaços verdes no Município de Portimão, abrangendo os espaços contemplados pelos contratos de "Manutenção e Conservação de Espaços Verdes no Município de Portimão", Lotes 1 a 5, cujos trabalhos de manutenção estão contratualizados com prestadores de serviços externos.

O modo de execução dos trabalhos e as condições que vinculam o adjudicatário no âmbito do presente contrato estão estipulados no artigo 9.º, Obrigações do Adjudicatário, do Caderno de Encargos do presente procedimento.

PLANTAS DE LOCALIZAÇÃO DOS LOTES E DOS ESPAÇOS VERDES QUE INTEGRAM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

<b>DESIGNAÇÃO DAS PEÇAS DESENHADAS</b>	<b>ESCALA</b>	<b>DES. N.º</b>
PLANO GERAL – LOCALIZAÇÃO DOS LOTES	1/15 000	01
LOTE1 - ESPAÇOS A INTERVIR	1/10 000	02
LOTE 2 - ESPAÇOS A INTERVIR	1/10 000	03
LOTE 3 - ESPAÇOS A INTERVIR	1/10 000	04
LOTE 4 - ESPAÇOS A INTERVIR	1/10 000	05
LOTE 5 - ESPAÇOS A INTERVIR	1/10 000	06